



Ofício Circular nº 3/2018/PREVIC

Brasília, 03 de abril de 2018.

Aos

Diretores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Assunto: Implementação de regras de validação no STA-Previc, relativas ao envio de arquivos de fundos de investimentos no formato XML versão 5.0.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 44011.004966/2017-19.

Prezados(as) Senhores(as),

1. Com o objetivo de melhorar a qualidade da informação recebida, em atendimento ao § 5º do artigo 10 da Instrução MPS/PREVIC nº 02, de 18 de maio de 2010, a PREVIC implementará no sistema STA, a partir de 9 de abril de 2018, as seguintes regras de rejeição de arquivos XML Versão 5.0:

- 1.1. Somente serão aceitos arquivos no padrão ANBIMA Versão 5.0;
- 1.2. Somente será aceito um arquivo XML por fundo de investimento, que deverá estar na raiz do arquivo compactado. Serão rejeitados arquivos inseridos em diretórios, assim como arquivos compactados em mais de um nível;
- 1.3. Serão rejeitados os arquivos cujo nome esteja em desacordo com o descrito no Manual de Preenchimento, disponibilizado pela ANBIMA;
- 1.4. Somente serão aceitos arquivos com seção Paginação igual a 1;
- 1.5. Serão rejeitados todos os arquivos que não atendam as regras de consolidação de Patrimônio Líquido descritas na seção Patrimônio, na moeda base do Fundo constante do Manual de Preenchimento disponibilizado pela ANBIMA;
- 1.6. O CNPJ do fundo obrigatoriamente deverá ser informado na seção Detalhes do Fundo;
- 1.7. Somente serão aceitos arquivos com a informação 'COMP' na seção Detalhes Gerais Do Arquivo; e
- 1.8. A data de posição inserida no arquivo obrigatoriamente deverá ser uma data de referência de um demonstrativo de investimento, sendo maior ou igual a janeiro de 2017.

2. O Manual de preenchimento dos arquivos no formato XML 5.0, assim como os aplicativos Boletador e Validador, disponibilizados pela ANBIMA, que permitem a geração e validação de arquivos no formato XML 5.0, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http://www.anbima.com.br/pt_br/representar/comites/documentos.htm. É recomendável utilizar o aplicativo Validador nos arquivos (opção "Validar apenas as regras ANBIMA"), antes de sua transmissão no STA.

3. Os arquivos que não obedecerem a qualquer uma das regras de validação descritas serão rejeitados, devendo ser corrigidos e reenviados via STA à PREVIC.

4. Além disso, serão implementadas mensagens de advertência que se destinam a evitar o envio de informações inconsistentes à PREVIC, mas não impedirão a sua transmissão.
5. A substituição de um arquivo XML no STA se dará a partir do reenvio do mesmo.
6. O arquivo XML de um fundo de investimento com estrutura *umbrella* deve conter todas as classes e séries.
7. Os responsáveis pelo envio das informações à PREVIC deverão consultar no STA, por intermédio do protocolo, o *status* de processamento e providenciar, caso necessário, as devidas correções e reenvio.
8. Os arquivos remetidos anteriormente à data estabelecida no item 1 estarão sujeitos ao monitoramento realizado pela PREVIC, e o responsável pelo envio de arquivo inconsistente poderá vir a ser comunicado quanto ao reenvio do mesmo.
9. A não prestação das informações, ou a prestação de forma incorreta, está sujeita à autuação e aplicação de penalidades, conforme prescrito no Decreto nº 4.942/2003.
10. O suporte técnico continuará sendo prestado por meio das caixas-postais previc.sistemas@previc.gov.br e previc.monitoramento@previc.gov.br, sendo sempre necessária a informação do número do protocolo do arquivo transmitido.

Atenciosamente,

[Assinado Eletronicamente]

Sérgio Djundi Taniguchi

Diretor de Fiscalização e Monitoramento

ANEXO I – CORREÇÃO DE ERROS MAIS COMUNS COMETIDOS NO ARQUIVO XML 5.0

1. No caso de imóvel vendido a prazo, a seção ‘RepurchaseOptionIndicator’ deverá ser preenchida com ‘TRUE’, sendo a data da sua venda do imóvel necessariamente preenchida na seção ‘RepurchaseOptionDate’;
2. A identificação do ativo com a codificação ISIN é obrigatória na transmissão dos arquivos XML para a PREVIC sendo as exceções expressas na Resolução CMN nº 3792/09;
3. Para ativos nacionais, o CNPJ do emissor do ativo deverá ser informado;
4. Sempre que houver envio de informação de operações compromissadas, tanto a informação do tipo da compromissada (REAM, RERA, FLEX) quanto a codificação ISIN são obrigatórias;
5. A única moeda a ser informada para os arquivos de fundos de investimentos constituídos no Brasil será o real (R\$), código BRL;
6. Os arquivos recebidos serão analisados com base na regra de preenchimento abaixo codificada (Multiplicidade dos campos), devendo os campos cadastrados com [1.1] serem inseridos no arquivo:

[1..1] – Subseção obrigatória e não repetitiva

[1..*] – Subseção obrigatório e repetitiva

[0..1] – Subseção opcional e não repetitiva

[0..*] – Subseção opcional e repetitiva



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO DJUNDI TANIGUCHI, Diretor(a) de Fiscalização e Monitoramento - Substituto(a)**, em 04/04/2018, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.previc.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0113870** e o código CRC **DAAF132A**.

Referência: Se responder este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 44011.004966/2017-19

SEI nº 0113870

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Ed. Venâncio 3000 - SCN Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 3º Andar - Brasília/DF

(61) 2021-2000

www.previc.gov.br